

## ATA N° 05/2008

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano dois mil e oito, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, reuniram-se na Sede da Estação Ecológica do Taim os membros do Conselho Consultivo desta e convidados, conforme lista de presença anexa a esta Ata. O Sr. Amauri Motta Presidente do Conselho, abriu a reunião, a qual foi secretariada por mim Carla Valeira Leonini Crivellaro. Inicialmente, foram lidas as Atas 03/2008 e 04/2008. Lida a Ata 03/2008, foram feitas algumas considerações pelo Sr. York sobre os estudos do IPH, sobre a data de iniciação dos estudos e resultados ainda não divulgados. Após a leitura da Ata 04/2008, os Srs. Manoel Pedro, Luciano Terra e York Dias ressaltaram que muitas considerações não haviam sido incluídas em tal Ata, em função do volume de informações e relatos havidos em tal oportunidade e que a Ata 04/2008, não é reveladora do espelho fiel da reunião, havendo algumas distorções e interpretações equivocadas. Os conselheiros manifestaram-se por rever e incluir considerações não incluídas para que esta possa ser aprovada. Foi sugerido pela Sra. Lilian da EMBRAPA que esta fique disponível para ser retificada e incluídas novas considerações. O Sr. Paulo Arruda considerou a Ata 04/2008 deva ser rejeitada servindo apenas como registro da reunião. O Sr. Faustini entrevistou dizendo que não existe rejeição de Ata, que a leitura serve para corrigir e incluir informações da reunião e acertar para posterior aprovação. O Sr. Norton Gianuca colocou a possibilidade desta ficar em aberto até que seja totalmente retificada pelos Conselheiros. O Sr. Manoel Pedro reiterou esta proposta, sendo então sugerido pela Sra. Lilian que a mesma fique disponível na internet e que sejam incluídas e corrigidas informações pertinentes pelos membros do Conselho. O Sr. Amauri diz que tal Ata chegou tarde para ser anexada no e-mail do conselho inviabilizando o acesso dos membros para leitura prévia. Acrescentou o fato relevante da saída da Prefeitura de Santa Vitória do Palmar do cargo que ora ocupava na Secretaria Executiva do Conselho. O Sr. Amauri leu a convocação para a presente reunião, bem como a pauta desta. O endereço eletrônico do Conselho foi divulgado à todos para considerações, sendo este: [conselhoesectaim@yahoo.com.br](mailto:conselhoesectaim@yahoo.com.br), senha preserve. De imediato o Sr. Amauri entrou no assunto da Secretaria Executiva, ressaltando que tal cargo passa obrigatoriamente por uma entidade capaz de demandar este cargo. A ESEC Taim possui dificuldades administrativas em realizar esta tarefa, sendo necessário nomear um novo membro. O Sr. Amauri perguntou se hoje seria possível nomear e votar para este cargo. O Sr. Paulo Arruda acha fundamental haver a nomeação de uma nova secretaria. Diz que quando foram nomeados a vice-presidência e a secretaria executiva, as Prefeituras de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar respectivamente foi pelo fato destas estarem atuantes no Conselho. Considera que o Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar deva assumir a Secretaria e Rio Grande continuaria com a vice-presidência, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, tendo como secretário o Sr. Norton Gianuca. O Sr. Paulo Arruda entende que a falta de pessoal para realizar a gestão da área e que infelizmente não há apoio, sendo o conselho um grande apoiador na administração, não podendo assim as Prefeituras de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande ficarem de fora na gestão deste processo. O Sr. Amauri colocou que não importa quem ocupe tais cargos, mas que estes possam criar um sistema de trabalho eficiente e capaz de interagir e socializar as informações aqui geridas. O Sr. York diz que a proposta do Sr. Paulo Arruda é viável, mas acha devam ser ouvidas as partes indicadas para o cargo de secretário executivo, no caso do Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar. Se está disposto a trabalhar e ocupar esta função.

O Sr. Amauri falando como chefe da ESEC Taim diz que precisa que a Secretaria Executiva disponibilize e trabalhe de forma a não interferir na gestão da Unidade. Mas mais uma vez reafirma a necessidade de ter alguém qualificado para o cargo. O Sr. Luciano Terra acha que quem assumir este cargo deva além de gerenciar as demandas do Conselho, redigir uma boa ata. Acha necessário procurar recursos para contratar alguém para secretariar com eficiência. Diz que se necessário o Sindicato Rural de SVP assumirá este cargo. O Sr. Amauri faz convite para o NEMA assumir o cargo de Secretário Executivo do Conselho e a Sra. Carla Crivellaro diz que necessita consultar o grupo para que possa candidatar-se ao cargo. O Sr. Aroldo da SEMA colocou que a baixa representatividade do setor público lhe assusta e que instituições de pesquisa se omitem em fazer parte deste Conselho. Propõe ao Conselho que seja encaminhado o ofício para o ICMBio solicitando que este tenha maior representatividade, sendo necessário uma moção para que o ICMBio designe uma pessoa que passe a atuar efetivamente junto à Secretaria Executiva. O Sr. Norton reiterou a presença da FURG através da presença do Prof. Cleber. O Prof. Cleber solicitou a inclusão na ata a emissão por parte da instituição que representa, a FURG, da justificativa da não participação das duas últimas reuniões. Apóia o Sr. Aroldo da SEMA da necessidade de haver um maior compromisso das instituições públicas no processo, podendo levar esta demanda para ser discutida junto à administração. Acha pertinente e apoia a participação do NEMA na secretaria executiva do Conselho, devido ao seu histórico, sua atuação na região e equipe integrante. O Sr. Paulo Arruda acha que o Sr. Amauri deva buscar este apoio na Secretaria Executiva e que não devemos confundir este apoio com a função do ICMBio no processo, são coisas distintas. Acha que as atribuições da Secretaria estão definidas no Regimento Interno do Conselho e acha que o Sindicato Rural de SVP, ou qualquer outra entidade tem condições de assumir tal atribuição. Entende que a Secretaria irá fazer só o que está definido no Regimento Interno e que esta não necessita estar disponível tempo integral. Acha que Rio Grande e Santa Vitória do Palmar devem estar à frente do Conselho e que o Sindicato Rural de SVP tem condições de assumir tal função. O Sr. York solicitou para que o Sr. Amauri que este explicitasse melhor como ele define o perfil da pessoa, entidade para assumir o cargo de secretário executivo. O Sr. Amauri diz que a fala do Sr. Paulo Arruda deu outro rumo. Considere o Conselho Consultivo uma instituição e pensa que a Secretaria Executiva deva além de cumprir as atribuições definidas no Regimento Interno deva estar linkada com a ESEC Taim e suas demandas. Reforça que poderíamos em próxima reunião avançar neste processo, deixando a votação para o cargo da Secretaria Executiva para um próximo momento. O Sr. Eduardo da TREFLOR coloca que este é um trabalho delicado, requer habilidade e que gravar as reuniões pode ajudar na redação das Atas e talvez inicialmente buscar um secretário eficiente e depois um técnico com o perfil desejado. O Sr. York rebate a fala do Sr. Aroldo sobre a crítica ao setor público e também acha que está contribuindo muito pouco, sendo o setor privado o que mais contribui com sua presença. Acha também que deva ser feito um levantamento do número de faltas das entidades/pessoas para que estes sejam substituídos. O Sr. Flório considera uma honra o nome do Sindicato Rural de SVP ser mencionado para o cargo e acha que Santa Vitória do Palmar deva ter um comprometimento e grande responsabilidade em estar à frente do Conselho e acha que houve omissão da atual administração municipal em retirar-se do processo não nomeando ninguém qualificado, uma vez que já se formaram mais de 60 biólogos na região. Acha que o poder público se omitiu irresponsavelmente em abandonar o cargo. Acredita que o Sindicato Rural de SVP tenha interesse em assumir tal cargo. Reforça também a fala do Sr. York sobre a

necessidade de maior responsabilidade e representatividade dos órgãos públicos no sentido mais coletivo, sendo necessário debater internamente e ter base para discutir fora e apoiar o conselho. Finaliza reforçando o interesse do Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar em assumir tal responsabilidade. O Sr. Amauri referiu-se sobre a vice-presidência, que atualmente está a cargo da Prefeitura Municipal do Rio Grande, seu tempo de mandato e questionou sobre a viabilidade de recondução de cargo. O Sr. Norton, representante da Prefeitura do Rio Grande manifestou-se dizendo que deu encaminhamento ao Prefeito Municipal sobre a continuidade e apesar de ainda não ter recebido formalmente este consentimento acredita que não haja nenhum impedimento. Questionado pela plenária sobre a continuidade da vice-presidência este respondeu ser viável, ficando apenas no aguardo da formalização do Prefeito de Rio Grande. O Sr. Amauri solicitou então que fossem apresentados os pareceres sobre o Termo de Referência elaborado para o estudo da área. A conselheira Carla Crivellaro representante do NEMA disse que o termo foi analisado pela equipe e sugere alterações na redação dos objetivos, enfatizando os aspectos técnicos a serem incluídos, dizendo que pelos produtos geridos, o TR não constitui-se apenas um estudo fundiário, alerta que este compreende mais do que isso. Acha pertinente incluir como produto uma proposta de área, questiona a apresentação dos resultados como minuta, cabendo aí um relatório técnico. Também questionou os prazos estipulados, que estes já não seriam factíveis para a execução dos trabalhos. O sr. Norton acredita que as principais considerações ao TR foram feitas pelo NEMA e acha que antes da entrega do Relatório Final este seja apresentado, avaliado e discutido em reunião extraordinária do Conselho. O Sr. Amauri solicitou ao Sr. Norton para que este fizesse a leitura do item 8 do TR Supervisão dos Trabalhos. Acha que apesar do trabalho ser acompanhado um grupo de supervisão este deva ser trazido à plenária para eventuais contribuições. O Sr. Amauri perguntou se é plausível ouvir cada membro. O Sr. Paulo Arruda ressaltou sobre a realização da Audiência Pública em Rio Grande e pelas manifestações feita durante tal audiência demonstrou que a ESEC deva permanecer com seus 11 mil hectares. Disse que conforme o Sr. Castelli do ICMBio a ampliação seria exaustivamente discutida e que em todas as audiências em que participou em Brasília, e no Conselho o Sr. Castelli não garantiu que a área da ESEC não fosse ampliada. O Sr. Faustini questionou sobre quem chamou a audiência pública em Rio Grande. O Sr. Norton respondeu que foi a Câmara de Vereadores de Rio Grande. O Sr. Faustini chamou a atenção sobre o fato da Câmara de Vereadores do Rio Grande passar por cima da decisão do conselho em não realizar nenhuma chamada pública até que os estudos previstos fossem realizados, necessitando assim uma ação de repúdio a tal iniciativa da Câmara de Vereadores do Rio Grande. O Sr. Renato Reis manifestou-se dizendo que qualquer um pode pedir uma audiência pública. O Sr. Faustini reiterou mais uma vez seu repúdio à esta iniciativa e que este atropelo e poderia travar o processo que vem sendo discutido. O sr. Amauri solicitou que fosse retomado o foco da discussão a respeito da TR, disse que tal termo havia sido acordado dentro do conselho, pedindo que sua avaliação continuasse a ser feita. O Sr. Flório posicionou-se sobre a discussão do TR e enfatizou que as colocações do NEMA foram relevantes e acha que outras tantas deva ser incluídas. O termo de referência está focado nos 33 mil hectares e seu entorno e que as compensações devem garantir a sustentabilidade no processo ambiental, considerando sempre o ser humano e sua capacidade de transformação. Acha necessário um tempo maior para discutir e debater o TR, buscando uma análise com maior embasamento para sua finalização. O Sr. York ressaltou sobre a área prevista para o estudo ser de 33 mil hectares, suscitando ser então de ampliação.

Sobre sua contribuição ao TR o Sr. Aroldo da SEMA fez as seguintes considerações: acha o documento bastante abrangente e que o foco deva ser o levantamento fundiário e que deva ser incluído no item 4, subitem 4 que o documento a ser elaborado seja a partir de então o referencial de base, devendo constar isso. Acha que os relatórios devam possuir programas compatíveis para acesso de qualquer pessoa, acha que deva constar as Normas Brasileiras. Acha que além dos levantamentos fundiários do INCRA e UFRGS deva ser incluído levantamento em Cartórios. Sobre o perfil dos profissionais considera importante ser incluído um profissional em direito fundiário. Sobre a supervisão dos trabalhos concorda com a posição do Sr. Norton retrocitada. Sobre os levantamentos pretéritos questionou o Sr. Amauri disse que sim. Sobre o item 10 – Cronograma de execução este, Sr. Aroldo acha que estão explicito a elaboração de diagnóstico fundiário para fins de indenização dos imóveis, apontando valores necessários para o pagamento de indenizações (pesquisa imobiliária). Sobre o formato dos arquivos este acha que deve ser explicitado qual tipo e que devam ser arquivos leves e de fácil acesso. Sobre as cópias, dizer quantas serão e que o consultor deve dizer onde: na ESEC, no ICMBio, na internet, etc... acha também que deva ter um termo de autorização emitido pelo consultor para dar publicidade aos documentos. O Sr. Eduardo solicitou um tempo maior para apresentar suas considerações sobre o TR. O Sr. Pedro Manoel acha que muitas considerações já foram e que em sua opinião o foco é mesmo o levantamento fundiário e que teme que o contratado não tenha identidade com a região. O presidente do Sindicato Rural de Rio Grande colocou que apesar desta ser a primeira reunião que participa preocupou-se com a fidelidade das condições ambientais no mapeamento, pois considera as mudanças sazonais espantosas e que isto não mostraria a realidade. Sobre os valores acha que deveria ser estabelecido um teto mínimo para que seja realizado um bom trabalho. O Sr. Luciano Terra colocou que a proposta de levantamento fundiário serviria para quantificar se fossemos chegar aos 33 mil hectares. Acha que temos que referenciar os 11 mil hectares, parecendo que o Conselho aprovou os 33 mil hectares e não é isso. Se queremos mexer no que está fora dos 11 mil hectares devemos passar a fazer um termo de referência – TR focado neste levantamento fundiário, demonstrando receio sobre esta abertura para a comunidade. O Prof. Cleber da FURG acha que o estudo deva ser para os 33 mil hectares, pois este será o referencial para discussão. Acha que como Conselho Consultivo devemos trabalhar para a consolidação dos 33 mil hectares. Acha importante a questão fundiária mas também a ambiental pois deverá subsidiar mais tarde o plano de manejo da Unidade. Acha este o momento certo para fazer o estudo, merecendo uma nova redação para o TR e uma reunião extraordinária para a sua aprovação. A Sra. Lilian da EMBRAPA acha que o TR é para a área dos 33 mil hectares e o TR tem como objetivo saber qual é o impacto ambiental e social da ampliação, acha que o foco além de ser fundiário é ambiental também. Deve-se fazer a pergunta por que 33 mil hectares e por que 11 mil hectares? Sobre o entorno a Sra. Lilian sugere que seja estabelecido os 10 quilômetros, conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. O Sr. Luciano Terra ressalta o fato que se levou 22 anos para estudos e parece que os proprietários devam ser excretados do local. Acha que não é consolidação e sim ampliação. O Conselho atua nos 11 mil hectares e acha que o levantamento fundiário é fundamental para saber-se quanto custa as desapropriações. Os 33 mil hectares não dizem muita coisa. O Sr. Flório apoia as colocações do Sr. Luciano Terra. O recurso que existe R\$ 150.000,00 não vai cobrir todo o estudo e isso pode implicar em problemas futuros de má qualificação por parte do contratado. Acha que o foco devam ser os 11 mil hectares e

posteriormente pensar na ampliação. O Sr. York colocou a necessidade de se conhecer a região através de saídas de campo. Vamos conhecer o dano ambiental que fizeram no banhado afirma ele. Entendemos que devemos fazer uma coisa rápida e séria. Quando foi decretada a ampliação para os 111 mil hectares campos foram cortados e o mato da Trevo Florestal ficou fora. Por quê? É a mesma área continua. Proponho uma comissão para avaliar o dano ambiental. Por que ter pressa agora? O Sr. Paulo Arruda questionou sobre os recursos para pagar os 22 mil hectares. Vamos fabricar novamente os parques de papel? Se avaliarmos isso não saberemos onde sairá o recurso para os 33 mil hectares. O IBAMA tem 2 milhões e 500 mil reais e isso não paga 550 hectares. Temos que saber se o Ministério do Meio Ambiente tem como pagar mais 10, mais 20, mais 5. Acha que o TR deva ser debatido com mais profundidade e calma. Também levar em conta que em junho começam as enchentes e que o estudo indicaria desapropriar os 111 mil hectares. O Sr. Faustini mostrou-se preocupado em aumentar as obrigações do objetivo que se quer. Se o objetivo demandar menos que os 150 mil e se pensar maior não tem quem faça. Em sua concepção é Consolidação da área. Dentro dos 22 mil hectares há áreas que não necessitam de indenização. Acha que o objetivo do TR é quantificar os produtores. Os 2 milhões de reais é parte, podemos buscar mais recursos. O Sr. Amauri sugere 3 semanas o prazo máximo para retomar a discussão acerca do TR e fechar as considerações. O Sr. Norton com a palavra elucidou sobre a convocação para a Audiência Pública de Rio Grande dizendo que o objetivo não foi suplantar o processo do ICMBio. Acha necessário fazer uma base de dados sobre a região. Acha que o TR deva ser reformulado e que será um marco para outras discussões. É fundamental implementá-lo. Sobre os recursos para a desapropriação já foi sinalizado por parte do Sr. Castelli a alocação de mais recursos advindos das compensações ambientais, canalizando recursos para o IBAMA para isso. Acredita que este estudo será o caminho para a condução do processo de maneira qualificada. Sendo meio dia e meia e dados todos os encaminhamentos, o Sr. Amauri encerrou esta reunião do Conselho consultivo da ESEC Taim, a qual lavro e assino esta Ata.